

Razões Finais

*Economia
Brasil*

17 OUT 1998

JORNAL DO BRASIL

O último trimestre responde no Brasil por mais da metade do faturamento de boa parte do comércio e da indústria deste país. Além da motivação consumista das festas natalinas e do pagamento do 13º salário, a própria mudança do calendário estimula as pessoas a trocar de carro e a comprar móveis e eletroeletrônicos novos. Tudo foi adiado.

Por isso, a virtual paralisação que atingiu a economia brasileira desde que a crise provocada pelo calote russo interrompeu o crédito internacional que irrigava de 30% a 40% dos negócios do país, aumentou a angústia quanto ao cenário de desaquecimento econômico e de aumento de desemprego para o final deste ano e o primeiro semestre de 1999.

Diante desse quadro angustiante, é perfeitamente natural e compreensível que as duas maiores entidades empresariais do país – a Firjan e a Fiesp – liderem movimento para cobrar ao governo pressa na definição das medidas de ajuste fiscal e, principalmente, para que o Congresso confie máxima prioridade ao exame da Reforma Tributária.

O movimento atual difere radicalmente das costumeiras manifestações empresariais marcadas pelo espírito corporativista, que privilegia seus interesses imediatos. Não há pedidos de ajuda ao governo, de subsídios de crédito, de incentivos fiscais ou de protecionismo e fechamento da economia, que só prejudicam o consumidor e contribuem para manter o Brasil ainda mais atrasado na corrida da globalização.

Como deixou claro o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio de Gouvêa Vieira, ao tomar posse no novo mandato à frente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, é chegada para os empresários a hora de refletirem sobre o papel que as elites brasileiras têm a cumprir e a ética na sociedade contemporânea.

Ao assumirem com nitidez, após a venda das empresas estatais e da privatização de atividades antes sob monopólio do Estado, a liderança do processo econômico, os empresários também ficaram responsáveis pelo progresso da nação e pela maioria dos empregos gerados no país.

Os empresários abriram mão dos métodos

passados que geraram a economia cartorial, cartelizada, submetida à baixa concorrência, que se revelou perversa para o consumidor brasileiro e ainda ajudou a perpetuar a inflação e a concentração de renda. Diante disso, por questão de absoluta coerência, precisam cobrar do Congresso e do próprio governo as medidas para transformar verdadeiramente o país.

A pressa nas reformas e na definição do ajuste fiscal está ligada à necessidade de correr contra o tempo. A extrema dificuldade do cenário externo – que tornará as empresas transacionais e os países mais aguerridos na concorrência internacional – “não deixa tempo para a lua-de-mel”, como observou o presidente da Fiesp, Horácio Piva.

Na luta pela redução de custos, as grandes empresas descobriram a necessidade de articulação com as pequenas e médias empresas de modo a integrá-las na cadeia produtiva. Essa idéia, inspirada na Itália, tem tudo a ver com o grande esforço nacional para reduzir o *custo Brasil*.

Funciona no sentido oposto a falta de sentido de urgência manifestada pelo governo tanto na rápida revelação do conteúdo do ajuste fiscal quanto pelo Congresso. Ao deixar para discutir o tema após o segundo turno, um mês e meio depois que a crise se instalou no país, perdeu-se oportunidade de atenuar as demissões na indústria paulista.

O custo social do atraso nas reformas está se revelando alto nesta fase de agravamento da crise de crédito internacional, e não permite repetir erros. O Congresso tem de agir como representante da sociedade e atender a sua vontade, que é a de fazer todos os cortes possíveis e impossíveis antes de sucumbir ao aumento de impostos.

A carga tributária chegou ao limite no Brasil (32% do PIB), insistir no seu aumento será induzir a mais sonegação. A CPMF, por sua vez, já se revelou “um imposto burro, que acaba criando dificuldades para as classes menos favorecidas e grava a cadeia produtiva”, como observou o presidente da Fiesp. A idéia de manter a CPMF com o aumento da alíquota significava persistir em equívoco.